



Líderes definem principais projetos para apreciação

Além de votar a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005, obrigatoriamente antes de iniciar o recesso, o Parlamento deve apreciar pelo menos mais duas matérias consideradas importantes para os catarinenses. Conforme reunião no último dia 22, os líderes das bancadas decidiram encaminhar a apreciação das propostas que propõem mudanças na Lei Complementar Estadual nº 281/05, de autoria do deputado Paulo Eccel (PT), que proibiu a distribuição a alunos do ensino superior de bolsas de estudo em valor inferior a 50% da mensalidade.

Três deputados apresentaram projeto de lei complementar com alterações na LC 281. Paulo Eccel (PT) propõe que a partir do segundo semestre o valor mínimo da bolsa seja de 30% da mensalidade nos anos de 2005, 2006 e 2007. A partir de 2008, então, o valor não seria inferior a 50%. O projeto de Herneus de Nadal (PMDB) propõe que o mínimo seja de 30%, mas sem escalonamento, como o de Eccel. Já o projeto de Gelson Merísio (PFL) propõe

que o valor mínimo da bolsa seja de 25% da mensalidade. Segundo avaliação do deputado João Henriqué Blasi (PMDB), líder do governo, a mudança pode ser votada se houver um consenso entre os deputados que as estão propondo.

Outra proposta importante é a que trata do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, cuja redação original é do deputado Joares Ponticelli (PP), e que está sendo re-elaborada com sugestões retiradas em seminários e vindas do governo, e transformado em substitutivo global. "Da forma como está sendo constituído o substitutivo e com o apoio que estamos tendo do governo nessa iniciativa, acho que aprovamos essa lei até o dia 30", comentou Ponticelli. Entretanto, o líder do governo, deputado Blasi, declarou que só na semana que vem será possível dizer se o projeto deverá ser aprovado ou não. "Há detalhes que ainda precisam ser definidos", afirmou.

Esta semana o governo encaminhou mais 13 matérias ao Legislativo, mas apenas a que trata de remanejamento orçamentário da FCEE (Fundação Catarinense de Educação Especial) deve ser votada. (MAP)



Representantes do Executivo esclareceram dúvidas sobre a LDO à Comissão de Finanças e Tributação

Comissão discute agricultura familiar em mais dois municípios



Dona Emma e Salete sobrevivem economicamente da exploração da madeira

A Comissão de Agricultura e Política Rural realizou outros dois seminários – nos municípios de Dona Emma e Salete – do ciclo de encontros programado para discutir ações para estimular a agricultura familiar e atividades que agreguem renda.

Página 6



José Carlos Vieira assume cadeira

O pefelista José Carlos Vieira (primeiro à esquerda) assumiu a vaga deixada pelo deputado Djalma Berger (PSDB) - quarto, à esquerda -, na terça-feira (21). Berger atendeu convite do prefeito da capital, Dário Berger (PSDB), para conduzir a Secretaria Municipal de Obras.

Página 8

TVAL Informa

De segunda a sexta-feira, às 18h30min, uma hora de informações sobre os fatos do dia no Parlamento catarinense

Compromissos comunitários

A Assembléia Legislativa promoveu, na semana passada, 10 audiências públicas que debateram prioridades regionais a serem inseridas na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que deverá nortear a LOE (Lei do Orçamento Estadual) de 2006. Abertas à sociedade, as audiências reuniram diversas entidades, deputados, técnicos e representantes do Executivo, com especial ênfase às SDRs (Secretarias de Desenvolvimento Regional). O resultado – fica evidenciado – revela uma prática extremamente democrática no processo de elaboração da peça orçamentária estadual, consolidando um projeto do Legislativo que, de forma inédita, o atual governo transformou em compromisso rigorosamente cumprido.

Antes realizadas somente pelo Legislativo, as audiências vinham perdendo credibilidade. As sugestões não eram levadas em conta por um grupo restrito de técnicos, que praticamente isolados preparavam os orçamentos. A mudança promovida pelo governador Luiz Henrique deu nova dinâmica ao processo. Tanto é que, em sua administração, a maioria das prioridades foi acatada e executada, ou estão mantidas como prioridades para este exercício – porque o orçamento é como um cobertor curto e há limitações na capacidade de investimento do Estado.

Na audiência de Criciúma, este deputado

ressaltou que as regiões de Tubarão e Laguna consideram prioritárias algumas obras de pavimentação asfáltica, investimentos na área da saúde e programas ligados ao meio rural e à proteção ambiental, com os quais nos comprometemos.

Na região de Tubarão, a primeira meta é a estruturação de um centro de referência de saúde; a seguir, foi apontada a pavimentação da SC-440, no trecho entre Pedras Grandes e Orleans, e a terceira, voltada ao meio rural e à proteção ambiental, pretende a criação de um programa de readequação da coleta de dejetos provenientes das criações de suínos e aves. Já na região de Laguna, a prioridade é a conclusão do trecho entre a Barra do Camacho e Jaguaruna, e a recuperação e o reassoreamento do complexo lagunar; depois foram listadas a pavimentação do acesso de Garopaba à BR-101, via Paulo Lopes, e a implantação do hospital regional de atendimento em urgência e outras especialidades.

Ninguém melhor que a comunidade para saber o que é melhor para si. E exatamente por isso que o governo cunhou um processo de administração descentralizada, que inicia com esta forma de elaboração das leis orçamentárias. A prática democrática é que garante a realização de obras e ações por toda Santa Catarina.

Deputado Genésio Goulart (PMDB)

Centro de Reabilitação para o Planalto Serrano

Uma de minhas metas como candidato a deputado estadual era reivindicar do governo do Estado implantação em Lages de um centro de reabilitação para deficientes físicos e idosos. E agora, mais do que nunca, o projeto está sendo reivindicado, contando com o apoio de associações, entidades e instituições ligadas aos idosos e aos portadores de necessidades especiais, entre elas a Alteri, Advips, APAE e APAS. Recebi o apoio destas associações e também da direção dos três hospitais de Lages, durante reunião realizada na semana passada. Na ocasião falei sobre o projeto do governo do Estado de construir um centro semelhante ao Variety Village, existente na cidade de Toronto, no Canadá, que funciona como um Hospital Dia, atendendo idosos e deficientes físicos.

Porque precisamos convencer o governador a deixar de lado a idéia de construir o centro de reabilitação em Canasvieiras, na capital? Lages localiza-se no centro do Estado e isso facilitará o deslocamento dos pacientes provenientes de qualquer parte de Santa Catarina. Lages já conta com três hospitais, o Infantil Seara do Bem, Nossa Senhora dos Prazeres e o Geral e Maternidade Tereza Ramos, todos eles servindo para o atendi-

to regionalizado dos pacientes, além de contar com faculdades de Medicina e de Educação Física. O centro de reabilitação poderá ser mais um obra a reforçar o projeto de descentralização político-administrativa do atual governo. Fazer esta obra em Florianópolis beneficiará apenas os pacientes da região metropolitana, em detrimento de um atendimento mais abrangente e facilitado em nível estadual. Alice Küerten, mãe do tenista Guga, apresentou, inicialmente, a idéia ao governador, e Luiz Henrique está determinado a executar o projeto. Na viagem que fez ao Canadá ele visitou o Variety Village. Fazendo parte da comitiva oficial, acompanhei-o nesta visita e pudemos ver o quanto é importante e necessário o trabalho realizado em prol dos idosos e deficientes. O governo já entrou em contato com a Fundação Sara Kubitschek, que atua na área de reabilitação de deficientes, para viabilizar o projeto. Na última segunda-feira participei de reunião com autoridades governamentais e técnicos ligados ao Sara Kubitschek. Esperamos que o governador não esqueça do seu projeto de descentralização e desta forma contemple Lages e por extensão todo o Estado com mais esta importante obra, marca de sua competente administração.

Deputado Sérgio Godinho (PTB)

BRDE anuncia investimentos

No dia em que o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-sul), comemorava seus 44 anos de fundação, em 15 de junho, os diretores da instituição apresentaram ao presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), e diversos parlamentares, uma prestação de contas sobre as atividades voltadas à viabilização de crédito financeiro principalmente aos micro, pequenos e médios empresários.

O superintendente da agência de Florianópolis, Dário Buzzi, anunciou um maior volume de investimentos para Santa Catarina em relação aos três estados do Sul, por ter apresentado nos últimos dois anos crescimento econômico acima da média nacional.(SD)

Agenda

Dia 27, 9h - Comissões de Segurança Pública e de Transportes - Audiência pública "Democracia e transporte público em Santa Catarina: estratégias e caminhos para o barateamento das tarifas de transporte público em Santa Catarina"
Local: Plenário

Dia 27, 19h - Outorga de Medalha de Mérito Carl Franz Albert Hoepcke, como prêmio simbólico conferido aos empresários que se destacaram nas mais variadas áreas para o desenvolvimento do Estado
Local: Plenário

Dia 28, 19h - Sessão solene em homenagem aos 40 anos da Rede Globo
Local: Plenário

Dia 29, 9h - Comissão de Finanças - Audiência pública para discutir a Lei de Integração do Sistema Emissor de Cupom Fiscal e as Máquinas de Cartão de Crédito do Estado
Local: Plenário

Dia 29, 19h - Sessão solene em homenagem aos 90 anos da fundação da ACISFS (Associação Comercial e Industrial de São Francisco do Sul)
Local: Plenário

Dia 30, 16h - 1ª Audiência Pública do Fórum da Barra do Camacho
Local: Salão de festas da Paróquia de São Pedro - Jaguaruna

Dia 30, 18h30min - Comissão de Trabalho - Lançamento em Santa Catarina da Frente Nacional contra o PEC 3.369/05 (reforma sindical)
Local: Plenário

Dia 30, 19h - Comissão de Turismo e Meio Ambiente - Audiência pública "Águas e saneamento"
Local: Câmara de Vereadores de Joinville

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Djalma Berger (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Conselho Editorial: Cármen Leite Rovira, Cleia Maria Braganholo, Maria Ivonete Lessa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Maria Ivonete Lessa

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenadora: Cármen Leite Rovira

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, Vitor Santos e Viviane Bornholdt

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Sessão comemora os cem anos do Colégio Catarinense

Os cem anos do Colégio Catarinense, de Florianópolis, foram homenageados na noite do dia 15, em sessão solene requerida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB) e realizada no Plenário. A sessão teve a presença de ex-alunos ilustres, como os ex-governadores Ivo Silveira e Esperidião Amin, além do próprio deputado Blasi. Os deputados Julio Garcia (PFL), presidente da Casa, Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), Celestino Secco (PP), Joares Ponticelli (PP) e Nilson Machado - Duduco (sem partido) também participaram da solenidade.

Blasi falou sobre os tempos de aluno no Colégio em que estudou por sete anos. "Quem não se lembra dos profundos conhecimentos de Física transmitidos pelo recentemente falecido Padre Beno,

ou das aulas práticas do Laboratório de Química do inolvidável Padre Eulógio, o c o n h e c i d o 'Boca'? Num país com tanta desigualdade social, tivemos a ventura de frequentar essa instituição escolar tão notável, fundada nos valores permanentemente difundidos da cultura jesuítica", disse o deputado

ao público presente à sessão, formado em sua maioria por alunos, ex-alunos, pais de estudantes, professores e funcionários da instituição.

Já o deputado Celestino Secco não chegou a estudar na escola, mas contou que

seu irmão, Victorino Secco, foi seminarista e depois professor no Catarinense. Para Secco, as transformações que ocorreram no mundo no último século não encontraram acomodação nos que trabalham pelo colégio. "Pelo con-

trário, com dinâmica, criatividade, inovação e senso de oportunidade realizaram permanentes atualizações nos seus métodos e práticas de ensino, nos seus currículos e programas e na necessária intercomplementariedade entre eles", disse.



Blasi, Padre Rhoden e Celestino Secco

Homenagens

Falando em nome dos ex-alunos, o ex-governador Esperidião Amin disse que todos estavam ali para agradecer por tudo o que adquiriram como estudantes do colégio. Para o diretor geral do Colégio Catarinense, padre João Claudio Rhoden, a educação de qualidade prepara os alunos para serem cidadãos aptos a intervir construtivamente na sociedade. "Como escola católica, precisa enfrentar com determinação a nova situação cultural e histórica, colocando-se como instância crítica, servindo de exemplo e estímulo", afirmou.

Em nome do Colégio Catarinense, Rhoden recebeu placa comemorativa ao centenário da instituição. A homenagem foi entregue pelos deputados Secco, Vieirão e Ponticelli. O diretor do Colégio também fez a entrega de duas placas comemorativas: uma para Blasi, que propôs a sessão solene, e outra para o presidente da Alesc, Julio Garcia. Durante a sessão também houve apresentação do balé infantil e do coral do Catarinense. No final, todos visitaram uma exposição fotográfica comemorativa aos cem anos no hall de entrada da Alesc. (MAP)

Justiça Eleitoral completa 60 anos

(foto Carlos Kilian)

Em sessão solene realizada na noite de terça-feira (21), o Legislativo estadual homenageou os 60 anos de instalação da Justiça Eleitoral catarinense, atendendo proposição da Mesa. Entre autoridades e convidados estiveram presentes o presidente do TRE/SC (Tribunal Regional Eleitoral), desembargador José Gas-



Deputado Agostini e o desembargador Carlos Prudêncio

par Rubik, os deputados João Henrique Blasi (PMDB), Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), Paulo Eccel (PT), Nilson Nelson Machado - Duduco (sem partido), Simone Schramm (PMDB), Onofre Agostini (PFL), Joares Ponticelli (PP), Celestino Secco (PP) e o vice-presidente da Casa, Herneus de Nadal (PMDB), que coordenou os trabalhos.

Seis décadas após sua instalação, o TRE/SC é composto por 102 Zonas Eleitorais nos 293 municípios, com 4.082 locais de votação e mais de 13 mil seções eleitorais, onde votam cerca de 4 milhões de eleitores.

Pioneiro na votação eletrônica brasileira, em 15 de novembro de 1989, em Brusque, no segundo turno

das eleições presidenciais, o trabalho do Tribunal foi se aprimorando e, em 1995, no período de maio a novembro, a inovação catarinense foi adotada por diversos estados brasileiros e hoje é uma realidade em todo o país e em vários países. Foi entregue uma placa comemorativa ao ex-presidente do TRE/SC, desembargador Carlos Prudêncio, idealizador do voto eletrônico no país. O presidente do TRE, José Rubik, também recebeu dos parlamentares placa comemorativa. "Precisamos pensar no cidadão e no político do futuro, com políticos mais sérios e mais comprometidos com as causas públicas, valorizando cada vez mais o

voto do cidadão", enfatizou Rubik.

O deputado João Henrique Blasi (PMDB) disse que a Justiça Eleitoral trabalha verdadeiramente com o interesse coletivo. "Defino o trabalho do TRE através de duas palavras: lisura e vanguarda". Ao ocupar a tribuna, Secco afirmou que a Justiça Eleitoral tem sido motivo de orgulho para Santa Catarina e que a modernização do processo eleitoral, além, de garantir a transparência, a ética e a lisura do processo, tem grande importância ao Parlamento catarinense. No encerramento da solenidade, Herneus elogiou o trabalho que a Justiça Eleitoral desenvolve no Estado, preservando a vontade do cidadão. (RMPP)

Criciúma sedia encontro para Formação de Agentes Políticos

Após o sucesso do "I Programa Nacional de Formação de Agentes Políticos", realizado nos dias 5 e 6 de maio, em Florianópolis, que contou com mais de 600 participantes, a Escola do Legislativo lança o "I Programa Regional de Formação de Agentes Políticos", no próximo dia 30 de junho, na cidade de Criciúma.

O evento é uma promoção da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, do Programa Interlegis-Senado Federal, do Instituto Legislativo Brasileiro - ILB e da Universidade do Legislativo - Unilegis, com o apoio da Associação Brasileira das

Escolas do Legislativo (ABEL).

O objetivo do seminário é a capacitação dos agentes públicos para o exercício de mandatos populares, contribuir para o aprimoramento das instituições representativas, para a qualificação das políticas públicas e, sobretudo, para o fortalecimento da democracia.

O papel do vereador, democracia representativa e participativa; processo legislativo e competências constitucionais e Plano Plurianual (PPA) municipal, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei de Orçamento Anual (LOA), são os temas que estarão em debate. (MAG)

As inscrições poderão ser feitas pela internet no site www.alesc.sc.gov.br, por e-mail no endereço escoladolegislativo@alesc.sc.gov.br ou pelos telefones (048) 221.2828 - 221.2952 Fax (048) 221.2916.

CIEE apresenta relatório

O presidente do Conselho de Administração do CIEE (Centro de Integração Empresa-escola) em Santa Catarina, Mércio Felsky, esteve no Legislativo no dia 15 quando apresentou um balanço social das atividades de 2004, a pedido dos parlamentares catarinenses. "O Centro de Integração tem como objetivo fazer uma ponte entre a escola, o aluno e as empresas. É uma ponte entre o saber e o fazer. Só em 2004, mais de 27 mil jovens passaram pelo CIEE e aproximadamente 60% desses jovens estão empregados", afirmou.

O CIEE é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, voltada à inserção de jovens no mercado de trabalho. Há 40 anos tem como missão oferecer à comunidade soluções que contribuam para a capacitação profissional de pessoas, visando à integração ao mercado de trabalho. São 17 sedes espalhadas pelo Estado. Os programas de estágio contam com mais de 65 mil estudantes cadastrados e aguardando estágio, 2.667 instituições de ensino conveniadas e mais de 11 mil estudantes em estágio. (GMP)

Lideranças querem barragem no Sul

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Lideranças do município de Timbé do Sul, no Extremo-sul do Estado, estiveram no dia 15 na Alesc para solicitar apoio para a construção da Barragem do Rio do Salto. Eles foram recebidos pelo presidente do parlamento catarinense, deputado Julio Garcia (PFL), e pelos deputados Manoel Mota (PMDB), Genésio Goulart (PMDB), Valmir Comin (PP), José Paulo Serafim (PT) e Altair Guidi (sem partido), o prefeito de Timbé do Sul, Nailor Baiva (PFL), afirmou que a demora da construção da barragem está afetando a economia. "Temos uma comunidade chamada Areia Branca que há alguns anos possuía vários aviários, cerâmicas e estufas. Atualmente, o número de indústrias diminuiu muito. A comunidade está sofrendo, pois os terrenos desvalorizaram. Uma obra que não sai do papel nos deixa angustiados", falou.

De acordo com Garcia, grandes obras



Prefeito Nailor e os deputados José Paulo Serafim, Julio Garcia, Valmir Comin e Manoel Mota

são fruto de trabalho duro. "É um início de um processo de discussão e estamos aqui para isso. Estamos de braços dados para lutar por essa barragem", sintetizou.

Segundo o deputado Valmir Comin, presidente do Fórum Permanente da Barragem do Rio do Salto, a obra, já tem o projeto pronto e vai custar em torno de R\$ 40 milhões. "É um trabalho que exige um esforço suprapartidário. Deve ser uma bandeira levantada por todos nós, parlamentares do Sul." O parlamentar ainda citou o caso da Barragem do Rio São Bento, que assegura 40 meses de abastecimento de água, caso não ocorram chuvas. "A construção da Barragem do Rio do Salto, além de render alto potencial turístico, vai beneficiar quatro municípios da região". De acordo com o deputado Manoel Mota, a luta pela obra já vem de muito tempo. "É uma luta antiga. Não podemos mais ficar nessa angústia, agora é hora da solidariedade", destacou Mota. (GMP)

Parlamento estimula debate sobre as drogas

Como a maioria dos crimes cometidos por adolescentes na Grande Florianópolis, cerca de 80%, tem ligação com o tráfico de drogas, representantes de 20 instituições e da Assembléia Legislativa lançaram na quarta-feira (22), no Centro de Cultura e Eventos da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), o "Fórum sobre as drogas - Como olhar esta questão".

Kissao Thais, presidente da CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) de Florianópolis, principal incentivadora do Fórum, deu início ao evento enfatizando que o principal objetivo é tornar permanentes os debates, que visam gerar capacitadores para levar adiante as propostas, aglutinando os projetos já existentes e promovendo o intercâmbio entre eles. "O que a CDL tem a ver com o uso de drogas? Os dados da polícia indicam que elas são um dos principais motivos para assaltos e seqüestros relâmpagos. A proposta é fazer com que haja uma interação, um grande multirão para minimizar este problema." Kissao disse que dentro do fórum será criada uma central de atendimento formada por voluntários, como uma das alternativas.

A pró-reitora de Cultura e Extensão, Eunice Nodari, representando o reitor da UFSC, Lúcio Botelho, colocou a universidade à disposição para qualquer ação relacionada com o fórum e com as drogas. Bitá Pereira, vice-prefeito de Florianópolis, representando o prefeito Dário Berger (PSDB), disse que o problema das drogas é um desafio para a administração municipal. "Pretendemos renovar convênios com as clínicas de reabilitação e promover a construção de novas clínicas de recuperação", disse.

Esforços - Dejair Vicente Pin-

to, secretário-adjunto estadual da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, representando o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), falou sobre a importância de multiplicadores para combater o uso a longo e médio prazo, já que este mal está dentro da sociedade como um todo.

As palestras do Fórum foram abertas ao público e trataram de temas cotidianos abordados por especialistas, como as conseqüências legais, apresentadas por Ildo Rosa, delegado da Polícia Federal; as conseqüências físicas, por Roger Walz, neurologista; as conseqüências sócio-familiares, com a terapeutas Julio Walz e Maria Cristina D'Ávila, e os caminhos para a recuperação, com o psiquiatra Marcos Zaleski.

"Não sabemos em qual barraco existe um traficante. Precisamos levar um mandato de busca e apreensão em branco em cada ação e por causa disso muitos outros lares acabam sendo investigados", contou Ildo. Ele ainda explicou que a teia de consumo é um dos grandes vetores para a venda de drogas

Difundidas - A dificuldade para controlar a compulsão e a modificação na estrutura do cérebro foram tratadas pelo neurologista Roger, principalmente sobre a maconha e a cocaína, que são as drogas mais difundidas.

O impacto na família foi levantado pela psicóloga Maria Cristina. Para ela, não há isentos nesse problema, mesmo se o dependente não for da sua família. "O jovem tem que estar preparado para isso, não podemos defender os jovens das drogas, o que podemos fazer é dar uma base consistente para eles. Tem que haver regras. Dizer um não consistente, mas fazer isso desde cedo, dar horários. Deixar claro o lugar do pai e o do filho." (DAB)



Comunidade atenta a temas cotidianos no que se refere ao uso e ao combate às drogas

Assembléia discute abastecimento de água em Imbituba

O fim dos contratos de concessão dos serviços de abastecimento e distribuição de água e saneamento entre o município de Imbituba e a Casan foi tema da discussão realizada pelas Comissões de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Sérgio Godinho (PTB), e Trabalho, Administração e Serviço Público, presidida pelo deputado Afrânio Boppré (PT), na Câmara de Vereadores local, na noite do dia 16. A audiência pública integra um ciclo de eventos propostos pelo deputado Paulo Eccel (PT), para buscar encaminhamentos quanto aos serviços de captação, tratamento e distribuição de água

e saneamento.

A vice-presidente do legislativo municipal, vereadora Valmira Branco (PFL), abriu os trabalhos relatando sobre o encerramento do convênio, enquanto a vice-prefeita, Léa de Oliveira Lopes (PFL), contou que as negociações com a Casan estão adiantadas para a gestão compartilhada. "Pela proposta teríamos 50% do líquido arrecadado, mas a prefeitura fez a contraproposta pedindo 25% do bruto", afirmou. Os trabalhadores em Água e Esgoto de Santa Catarina, através do Sintae (sindicato da categoria), representado pelo

seu presidente, Odair Rogério da Silva, participaram do evento manifestando posição favorável pela gestão compartilhada.

Avaliação - Boppré foi taxativo ao afirmar que, com relação aos serviços prestados sobre abastecimento d'água e tratamento de esgoto, a população catarinense, já há algum tempo, demonstra um profundo descontentamento e considera oportuna a avaliação, justamente no momento em que o contrato está encerrado. "Temos de exigir uma Casan pública e que o município possa cobrar resultados e ficar de olho para discutir que a água é imprivatizável", defendeu.(CA)

Audiência explica funcionamento do Fundeb

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

O secretário nacional de Educação Básica do Ministério da Educação, Francisco das Chagas Fernandes, participou de audiência pública no dia 16, na Assembléia Legislativa, quando detalhou como vai funcionar o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), caso sua criação seja aprovada no Congresso. O debate foi requerido pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB). Além de Titon, também participaram da audiência as deputadas Ana Paula Lima (PT), vice-presidente da Comissão, e Odete de Jesus (PL), prefeitos e secretários municipais de educação.



Francisco Fernandes esclareceu dúvidas e ouviu sugestões que serão levadas ao Ministério

O presidente Lula enviou na terça-feira (14) ao Congresso a proposta de emenda constitucional que cria o Fundeb, que substituirá o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). A principal diferença entre os dois é que somente o ensino fundamental recebe os recursos do Fundef, enquanto que, com o Fundeb, todo o ensino básico, bem como suas modalidades (ensino profissionalizante e educação especial, indígena e de jovens e adultos) receberão recursos. A educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Cerca de 48 milhões de alunos seriam beneficiados, enquanto somente 30,6 milhões atualmente são atendidos pelo Fundef.

O Fundef recebe 15% de apenas quatro impostos dos municípios e estados, que são o FPM (Fundo de Participação dos Municípios), o FPE (Fundo de Participação dos Estados), o ICMS e o Imposto sobre Exportações. Segundo Francisco Fernandes, o Fundeb será composto de 20% de todos os

impostos municipais e estaduais, com exceção dos impostos exclusivos dos municípios, como o IPTU, o ISS e o ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Intervivos). Esses impostos foram retirados das contas do Fundeb porque eles acabariam sendo investidos em municípios pequenos, que muitas vezes nem recolhem IPTU, em detrimento daqueles que arrecadam grandes quantias com esses impostos. "Por isso as creches não são contempladas na proposta que cria o Fundeb, pois apenas 20% dos municípios brasileiros concentram 75% das creches. E são justamente esses os municípios que mais arrecadam com esses impostos", explicou Francisco Fernandes. Os recursos de composição saltariam de R\$ 29,9 bilhões por ano, antes captados pelo Fundef, para R\$ 45,4 bilhões, com o Fundeb.

Complemento - A complementação financeira que o governo fornece aos estados que não atingem um valor

mínimo de investimento por aluno também vai aumentar com o Fundeb. "Vai passar, de R\$ 390 milhões por ano, para 4,3 bilhões no final de quatro anos", disse Fernandes. Dependendo da porcentagem de recursos reservados em cada estado ou município à educação, bem como do número de alunos de cada estado, o valor destinado a cada estudante acaba sendo diferente nas várias partes do país. Nesse caso, os recursos da complementação serão distribuídos de forma a equalizar esse valor mínimo que deve ser investido por aluno nos estados. "A complementação visa diminuir as diferenças regionais", explicou o secretário nacional de Educação Básica do MEC.

Adécio Machado dos Santos, presidente do Conselho Estadual de Educação, disse que a proposta de emenda à Constituição será um novo padrão financeiro para o país. "Sem dúvida nenhuma, o Ministério da Educação merece aplausos por essa iniciativa". (GMP/MAP)

Inclusão de creches é reivindicada

A exclusão das creches da abrangência do Fundeb recebeu críticas do secretário da Educação, Ciência e Tecnologia, Jacó Anderle, da representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação, Marta Vanelli e do secretário da Educação de Florianópolis, Rodolfo Pinto da Luz. "Mais de 1 milhão de crianças ficarão de fora do Fundeb. Será um atraso para a educação brasileira se não reconhecermos as creches (que atendem crianças de 0 a 3 anos) nesse projeto", resumiu Marta. Ela criticou ainda o vácuo no que se refere a valorização dos profissionais de educação. "Não há novos recursos e não há implementação do piso salarial profissional nacional. Os profissionais de educação representam mais de 2 milhões de trabalhadores no país e até agora não foi percebido isso."

Respostas - Indagado sobre a questão da progressividade das matrículas e sua complementação, Francisco Fernandes foi bem claro: "A progressividade da matrícula e dos recursos foi criada para resolver problemas do impacto financeiro".

Sobre as creches, ele afirmou que no momento não foram incluídas devido aos impostos próprios municipais. "Essa foi a grande arma dos estados. Mas isso não significa que quando forem discutir o projeto isso não vá mudar. Eu, sinceramente, espero que mude. A lógica do recurso é colocá-lo onde ele está."

A deputada Ana Paula de Lima (PT) encerrou a audiência lendo uma frase do presidente Lula a respeito do Fundeb: "Estou mandando uma proposta. Se tiver que fazer aprimoramentos, que façam". (GMP/MAP)

Educação aprova propostas

(foto Alberto Neves)

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), reunida na manhã do dia 22, decidiu pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 468/04, de autoria do deputado Mauro Mariani (PMDB), que estabelece a inclusão da carne suína na merenda escolar das unidades educacionais do Estado. Os membros da Comissão, Simone Schramm (PMDB), Celestino Secco (PP), Odete de Jesus (PL), Paulo Eccel (PT) e Antônio Ceron (PFL), juntamente com Titon, também foram favoráveis à proposição do deputado Onofre Agostini (PFL), que institui o hino do bombeiro comunitário no Estado.

Eccel falou sobre o recebimento de comunicado do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores na Educação) sobre a atual situação dos professores,

que continuam aguardando uma proposta salarial do governo. Ele requereu o envio de mensagem ao governador e ao secretário estadual da Educação, manifestando a preocupação dos parlamentares com os alunos que seriam atingidos com uma nova paralisação da categoria, e requerendo ações para recompor os salários dos professores.

Disque Denúncia - No último dia 20, a Comissão realizou pequena solenidade para o lançamento do Disque Denúncia em escolas públicas do Estado.

A Lei nº 13.303/05, de autoria da deputada Odete de Jesus (PL), obriga a colocação



Deputados Titon, Simone, Celestino, Ceron (de costas) e Odete

de avisos nas salas de aula com o número de telefone (13303) para denúncias de vio-

lência de qualquer espécie contra crianças e adolescentes e entrou em vigor no dia 21 de janeiro deste ano. Odete disse que todas as 293 Câmaras de Vereadores do Estado receberam uma cópia da lei e do cartaz elaborado pela Secretaria Estadual da Educação, Ciência e Tecnologia. As denúncias serão recebidas pelos conselhos tutelares de cada cidade e também pelo serviço nacional 0800-990500. Estavam presentes ao evento representantes da Secretaria Estadual da Educação, Ciência e Tecnologia, Polícia Militar e diretores de escolas. (CA/GMP)

Mais dois municípios recebem Comissão de Agricultura

Denise Arruda Bortolon

Dando continuidade aos trabalhos da Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP), que vem realizando um ciclo de seminários sobre agregação de valores na agricultura familiar por todo o Estado, o município de Dona Emma, localizado no Alto Vale do Itajaí, foi o palco de mais uma reunião no dia 17. Com aproximadamente 3.500 habitantes, a economia da cidade está baseada na agricultura, fumo e leite. O evento foi presidido pelo vice-presidente da Comissão, deputado Dionei Walter da Silva (PT), autor do requerimento dos seminários.

Prestigiaram o evento técnicos agrícolas, presidentes de associações, cooperativas, sindicatos e demais organizações voltadas para a agricultura fami-

liar da região, produtores rurais voltados para a agricultura familiar, o prefeito municipal de Dona Emma, Alísio Wilhelm (PDT), o presidente da Câmara de Vereadores do município, Argilis König (PMDB), o secretário do Desenvolvimento Regional de Ibirama, Aldo Schnaider, e o gerente do Banco do Brasil de Presidente Getúlio, Rogério Moacir Borba, representando a superintendência do banco.

Falaram sobre agregação de valor na agricultura familiar o diretor de Políticas e Desenvolvimento Rural e Pesqueiro de Santa Catarina, Ari Geraldo Neumann, o superintendente substituto da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), Vilmar



Produtores apostam no Pronaf, mas querem melhorias

Barbosa Dutra, a representante do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), Lidiane Camargo, o superintendente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tarcísio Koch, o gerente regional da Epagri de Rio do Sul, Nelson Grau de Souza, e o gerente de Informações e Análise do Instituto Cepa/SC, Danilo Pereira.

O deputado Dionei explicou que, depois de encerrados os seminários, será elaborado um relatório que será encaminhado a Brasília.

Palestras – O primeiro a falar foi o superintendente substituto da Conab, Vilmar Barbosa Dutra, que citou os objetivos da instituição. Logo após, Nelson Grau de Souza, gerente regional

da Epagri de Rio do Sul, salientou a importância da agregação de valores aos produtos e serviços da agricultura familiar e pesca artesanal de Santa Catarina.

Danilo Pereira, gerente de informação e análise do Instituto Cepa/SC, disse que o projeto de design de aperfeiçoamento em embalagens, que teve início em 2003, é um fator importante para uma maior agregação de valor nos produtos dos agricultores familiares.

Representando o secretário estadual da Agricultura, Moacir Sopelsa, o diretor de Políticas e Desenvolvimento Rural e Pesqueiro, Ari Geraldo Neumann, apresentou as ações do governo, destacando o projeto Microbacias 2, que será desenvolvido em todo o Estado, atingindo em torno de 936 microbacias, envolvendo cerca de 130 famílias cada.

Salete

Um dia antes, 16 de junho, os agricultores e lideranças políticas do município de Salete, no Alto Vale do Itajaí, receberam a Comissão e os palestrantes. A cidade tem hoje cerca de 7.500 habitantes e sua economia gira em torno da agricultura e da indústria moveleira tipo exportação.

O deputado Dionei presidiu os trabalhos, contando com a participação do deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB),

Participaram técnicos agrícolas, presidentes de associações, cooperativas, sindicatos e demais organizações voltadas para a agricultura familiar da região, produtores rurais voltados para a agricultura familiar, o prefeito municipal de Salete, Hugo Lembek (PMDB), o prefeito municipal de Santa Terezinha, Genir Antônio Junckes (PMDB), o vereador de Salete, Osmar Luiz (PT), representando o presidente da Câmara de Vereadores, Osni Kuhnen (PMDB), representando a Ucavi (União das Câmaras de Vereadores do Vale do Itajaí), o secretário de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, Ernani Dutra, e o gerente do Banco do Brasil de Salete, representando a superintendência do banco.



Deputados Dionei (ao microfone) e Peninha

Encontro avalia denúncias na perícia médica

Uma audiência pública da Comissão de Saúde, requerida pelo deputado Paulo Eccel (PT), debateu na quarta-feira (22) denúncias de descaso do serviço de perícia médica do INSS. A Comissão, presidida pelo deputado Antônio Aguiar (PFL), agendou a discussão depois de solicitação feita em outra audiência pública, realizada no dia 25 de abril, sobre as vítimas de acidentes e de doenças do trabalho. Aguiar abriu os trabalhos afirmando que uma grande parte dos médicos que fazem a perícia tratam o paciente com descaso. "Há 25 anos sou ortopedista e tenho uma grande experiência em perícias. Nunca trabalhei com o INSS mas sempre soube do descaso com o segurado. Outra questão importante é a falta de especialização dos médicos."

Eccel solicitou a audiência para denunciar justamente esse descaso com os segurados. "Estamos aqui para lutar pelo direito da vítimas do descaso de alguns



Descaso com segurados foi reconhecido por todos os participantes

peritos do INSS. O primeiro passo é a realização desta audiência e o segundo passo será sugerir à Câmara Federal a instalação de uma CPI para investigar a atuação da Medicina do Trabalho e o que aconte-

ce com as perícias médicas. Estamos aqui para fazer nosso papel e tentar encontrar soluções concretas", falou Eccel.

Representando a Secretaria Estadual da Saúde, o médico Roberto Carlos

Ruiz confirmou que recebem muitas reclamações abrangendo tratamento inadequado oferecido por alguns peritos e, sistematicamente, sobre o desconhecimento da perícia médica "do nexos entre a lesão e o trabalho."

Eliane Schmidt, superintendente do INSS, contrapôs que os problemas remontam a mais de 80 anos. "Não temos médicos peritos suficientes para atender a demanda. Outro grande bloco de conflitos são as doenças ocupacionais", disse. Conforme Eliane, os médicos do INSS estão na faixa de idade de 54 anos e a maioria está se aposentando. Outra grande parte é de médicos credenciados (terceirizados). Sobre a especialidade, a superintendente afirmou que não há uma cadeira no curso de Medicina que trate de perícia e a legislação também não exige especialista. (GMP)

Reclamações: Ouvidoria do INSS, pelo telefone 0800-780191, ou na própria gerência local.

Finanças ouve Executivo sobre LDO

Sob a presidência do deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), a Comissão de Finanças recebeu na manhã de quarta-feira (22) a diretora geral de Planejamento, Anita Pires, e o diretor de Orçamento, Romualdo Goulart, da Secretariat Estadual do Planejamento. Ambos vieram esclarecer pontos do projeto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2005, atendendo solicitação do relator do projeto, deputado Dionei Walter da Silva (PT).

A Comissão também recebeu o representante do Ministério Público, o procurador geral de Justiça Narcísio Geraldino Rodrigues, e o conselheiro do TCE (Tribunal de

Contas do Estado), Gilson dos Santos, que reivindicaram aumento nos percentuais de recursos repassados pelo governo e são estabelecidos pela LDO. MP quer aumentar sua participação orçamentária de 2,9% para 3,4%. Segundo afirmou Rodrigues, em relação ao Poder Judiciário há defasagem de 118 cargos, o que dificulta o trabalho desenvolvido em áreas como infância e juventude, meio ambiente e combate ao crime organizado.

“Não podemos prover cargos pela falta de recursos”, disse.

O conselheiro do TCE apresentou dados comparativos sobre a redução no número de servidores nos últimos anos. Gilson dos Santos citou que,

em 1998, o Tribunal tinha cinco auditores (que atuam também como conselheiros substitutos) e que atualmente são apenas dois. E no próximo mês será apenas um. “Se não melhorar o percentual de participação da receita do Estado, que hoje é de 1,20%, a situação se agravará de forma irreversível”, alertou.

Anita Pires entregou à Comissão dados sobre a divisão da receita líquida do Estado para 2005. “Compre-

endo a angústia do TCE e do MP, mas já ultrapassamos os 100%. Precisamos repensar a efetividade dos poderes”.



Goulart, Anita Pires e o deputado Dentinho



Conselheiro Gilson dos Santos



Narcísio Rodrigues

Análise

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) observou que a peça oficial é o orçamento e que o governo deve fazer a análise em cima do que foi orçado. “Sugiro comparação com o orçado e não com o sonho. Imaginar a arrecadação do ano seguinte é irreal. Sugiro a inclusão do Fundo Social na base de cálculo da receita disponível.”

Para o deputado Francisco Küster (PSDB), MP e TCE foram convincentes em suas colocações. Para o relator da LDO 2005, deputado Dionei, algumas dúvidas foram esclarecidas, como a apresentação de um anexo sobre os riscos fiscais do projeto. “O que não dá mais para agüentar é o governo do Estado dizer que a culpa é do governo federal, que não repassa recursos da Lei Kandir. A lei é que foi malfeita e é estritamente cumprida pelo governo federal”.

Sobre a definição da base de arrecadação, para calcular o repasse de recursos para os poderes, Dionei disse que ainda haverá muita discussão. “Há praticamente duas compreensões sobre isso: uma, que é utilizar a receita líquida disponível, que é um conceito da Lei Kandir; a outra, que eu defendo, é uma definição da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a receita corrente líquida”. (RMPP)

Parlamento debate unificação de datas do vestibular

A unificação das datas de realização dos vestibulares em universidades públicas foi o tema principal da discussão realizada na manhã de segunda-feira, dia 20, pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB). A audiência pública foi proposta pelo deputado Onofre Agostini (PFL), que justifica a unificação como forma de evitar o preterimento de candidatos carentes aos mais abastados em instituições de terceiro grau, principalmente em Santa Catarina. Participaram do encontro o pró-reitor de Ensino da UFSC, Marcos Laffin, a pró-reitora de Ensino da Udesc, Sandra Mackowieck, o presidente do Conselho Estadual de Educação, Adélcio Machado dos Santos, e o secretário executivo da Acafe, Darcy Laske.

Para Agostini, da forma como estão sendo realizados os exames vestibulares os alunos carentes são prejudicados em relação aos que detêm uma melhor condição financeira. “Os estudantes conseguem viabilizar a inscrição e fazer concursos em diversas entidades educacionais, principalmente os que se efetivam nas universidades federais, em detrimento dos carentes que, por via de consequência, deveriam ter vagas asseguradas nas instituições de terceiro grau mantidas pelo poder pú-



Participantes alegaram que prerrogativa para mudar é federal

blico”, observou.

Laffin questionou a iniciativa do parlamentar alegando que a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação dão autonomia didático-pedagógica às instituições. Com isso, a questão do calendário de cada universidade é de sua responsabilidade. “O que se deveria discutir é o aumento de vagas e a permanência dos estudantes no terceiro grau. A

UFSC entende que a unificação de datas sem essa contrapartida não passa de retórica”, assinalou.

Acompanhando o mesmo raciocínio, Sandra Mackowieck manifestou-se contra a unificação argumentando que não é finalidade da universidade resolver mazelas sociais. Ela diz que o avanço nas instituições passa pelo aumento do número de vagas nas universidades públicas e tam-

bém a preocupação com a qualidade do ensino médio e fundamental. Laske, representando o Sistema Acafe, informou que Santa Catarina é o segundo Estado em população no terceiro grau, perdendo apenas para o Distrito Federal. A preocupação maior é que os dados revelam que o Estado é apenas o 16º no ensino médio. “Isso revela que o ensino médio não acompanhou a evolução e que não houve destaque no que diz respeito à qualidade de ensino”, disse.

Oficial - Requerimento de autoria do deputado Onofre, solicitando a unificação das datas, já lido em Plenário, foi encaminhado ao ministro da Educação, Tarso Genro, aos senadores e deputados federais de Santa Catarina. Segundo Agostini, a iniciativa conta com o respaldo do senador Jorge Bornhausen (PFL), dos deputados Ivan Ranzolin (PP), Odacir Zonta (PP) e Adelor Vieira (PFL). O parlamentar anunciou o recebimento de mensagem da chefe substituta da assessoria parlamentar do Ministério da Educação, Maria Leticia Azeredo Coutinho, e do responsável pelo Departamento de Políticas de Educação Superior do Ministério da Educação, Godofredo de Oliveira Neto, manifestando-se sobre o requerimento. (CA)

Vieira assume vaga de Djalma

(foto Carlos Kilian)

Antes de fazer seu primeiro pronunciamento como deputado estadual, José Carlos Vieira (PFL), que assumiu a vaga deixada no mesmo dia por Djalma Berger (PSDB), fez seu juramento perante os colegas de Parlamento e de seus familiares. Vieira foi vice-prefeito de Joinville na década de 80, e logo após exerceu o mandato de deputado federal. Em 2002 disputou vaga na Assembléia Legislativa, ficando como suplente. Atualmente, estava ocupando o cargo de presidente da Ippuj (Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville).

Vieira abriu seu discurso agradecendo a presença de todos e principalmente ao deputado Djalma Berger (PSDB). "Djalma me confiou a transferência do mandato. Farei de tudo para honrar a cadeira que foi sua". O deputado falou sobre as regiões do Estado, seus problemas e suas excelências. "No Oeste, a agroindústria só não é a primeira do mundo porque tem sido construída em grande medida com recursos próprios, uma vez que o Brasil ainda não soube priorizar a agricultura adequadamente como vocação principal e natural de nosso país. Se não fosse a inércia do governo federal, já teriam executado a duplicação da BR-101 e soltado os grilhões que seguram o crescimento, em todos os sentidos, da Região Sul."

Sobre as demais regiões, Vieira disse que Lages experimenta um novo momento. "Lages renasce conduzida pelas mãos do modelar executivo João Raimundo Colombo. Florianópolis e sua macrorregião, nas áreas do turismo e serviços, vê ameaçada a qualidade de vida e a beleza dos contornos da Ilha de Santa Catarina e arredores. Quanto à região norte, Vieira disse que estão vivendo o desespero de ver despencando as receitas das transferências do ICMS



Djalma atendeu pedido do irmão

por conta de fórmula matemática ultrapassada no tempo, embora o crescimento continuado. Os empresários têm participado ativamente com responsabilidade social nas decisões e ações em favor da nossa gente", encerrou defendendo a duplicação da BR-280 e a ampliação do aeroporto de Joinville.

Os deputados Onofre Agostini (PFL), Francisco de Assis (PT), Jorginho Mello (PSDB), Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), Simone Schramm (PMDB), Nilson Gonçalves (PSDB), Paulo Eccel (PT), João Henrique Blasi (PMDB), Wilson Vieira - Dentinho (PT), Odete de Jesus (PL) e Nilson Nelson Machado - Duduco (sem partido) deram as boas-vindas a Vieira.

Executivo - O segundo vice-presidente da Assembléia Legislativa, deputado Djalma Berger, despediu-se da Casa para assumir a Secretaria de Obras da capital. O presidente, deputado Julio Garcia (PFL), convidou os prefeitos de Florianópolis e Joinville, Dário Berger (PSDB) e Marcos Tebaldi, respectivamente, e Darcy de Matos para fazerem parte da Mesa.

"Se por um lado tenho consciência de honrar o mister que me entregou o povo catarinense, de representá-lo nesta Casa e nesta missão, tenho encontrado amigos e conquistado vitórias para aqueles que me confiaram o voto. Por outro lado, o convite de meu irmão, Dário Berger, para assumir a Secretaria de Obras do município soou-me como um chamado para a construção de uma cidade mais justa e feliz". (DAB)



José Carlos Vieira no momento em que assinava a ata da sua posse

A importância da educação para o Brasil

A relação entre a corrupção e educação é muito estreita, segundo reflexão do deputado José Carlos Vieira (PFL) em seu primeiro discurso da tribuna depois da posse. Para ele, o país que aparece nas manchetes dos jornais não é o Brasil. "Temos um país destacado internacionalmente." De acordo com o parlamentar, o crescimento do número de faculdades faz com que o país cresça e se desenvolva, mesmo tendo mazelas como a corrupção. O Estado tem que dar mais atenção à educação. A TV tem deseducado ao invés de educar."

Vieira acredita que é necessário prevenir para necessidades do futuro e para mudar o caráter. "É preciso que o Estado se volte para esta questão, como a ética. Por outro lado, as instituições precisam se fortalecer, principalmente no campo jurídico, onde os casos se avolumam nos tribunais."

O parlamentar também falou sobre a importância de investigar a fundo as questões atuais. "O Executivo tentou desviar as atenções, mas é preciso que ele dê exemplo aos jovens". O Brasil não é esse, é um país muito rico e produtivo." (DAB)

Aprovados

Prêmio Mérito Universitário

O Projeto de Lei nº 203/05, alterando a Lei nº 13.250/05 para adaptar o Prêmio Mérito Universitário Catarinense - instituído pela Lei nº 9.480/94 -, foi aprovado na plenária de quarta-feira (22). Foram modificados os artigos 4º a 9º da lei.

Com a mudança, ficou determinado que em caso de insuficiência de desempenho do bolsista junto ao grupo de pesquisa ou de interrupção, por qualquer motivo, dos seus estudos de graduação durante a vigência da bolsa, caberá ao professor orientador a respon-

sabilidade de informar à Fapesc (Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado) e solicitar a suspensão imediata da bolsa. Também o número máximo de vagas para cada instituição passa a ser definido atualmente pela Fapesc e observará proporcionalmente as matrículas de cada IES em relação ao total do Estado, devendo o processo seletivo ser precedido de ampla divulgação interna em cada IES.

Outra alteração estabelece que a Fapesc elaborará o calendário e a regulamentação

anual para os fins previstos nesta lei até 30 de setembro de cada ano, correspondente ao ano seguinte. As despesas decorrentes da aplicação da lei ocorrerão por conta dos recursos com fontes específicas da fundação, sendo que o montante destinado a esta finalidade não deverá ser inferior a 1,5% dos recursos orçamentários previstos para a Fapesc. O julgamento final, a cargo do Conciti (Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação), ocorrerá até 30 de dezembro de cada ano e deverá ser homologada por ato do governador. (RV)

Alterada lei sobre operação de crédito

O Plenário aprovou substitutivo global, de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), ao Projeto de Lei nº 159/05 que altera a Lei n.º 13.241, de 27 de dezembro de 2004. A proposta modifica os artigos 2º e 3º, além de adicionar mais dois artigos.

No artigo 2º, foi acrescentada a remuneração do agente financeiro e no 3º o Poder Executivo fica autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, cotas de receitas próprias a que se refere o Artigo 155 da Constituição

Federal e das transferências constitucionais previstas nos artigos 157 e 159.

Um dos artigos acrescentados trata dos recursos provenientes da operação de crédito, objeto do financiamento que será consignado como receita no orçamento ou em créditos adicionais. O outro determina que o Orçamento consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do programa e das despesas relativas à amortização do principal. (GMP)

Blasi defende secretários regionais

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), comentou, na sessão plenária do dia 15, que alguns deputados da oposição estariam fazendo comentários por ele classificados de "absurdos" sobre as audiências públicas do Orçamento Regionalizado.

Alguns parlamentares estão afirmando que as reuniões foram usadas como palanque político pelos secretários de Desenvolvimento Regional, que expuseram em todos os municípios as realizações de suas secretarias. "Essas reuniões são para debater as prioridades escolhidas pela população para serem incluídas no Orçamento de 2006. É normal e necessário que os secretários exponham para a população quais os projetos que já foram concretizados", argumentou o peemedebista.

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) pediu um aparte, afirmando



João Henrique Blasi

que em nenhuma das três audiências públicas de que participou um deputado de seu partido fez alguma manifestação referente ao assunto. "Nós falamos que o orçamento é curto e que provavelmente o governo não terá dinheiro para aplicar em obras", afirmou o progressista.

O líder do PP, Joares Ponticelli, argumentou que sua bancada defendeu o que denominou de orçamento impositivo. "Pois só assim acreditaremos que o Orçamento Regionalizado será realmente democrático", justificou. Blasi explicou que estava se referindo à bancada do PT, principalmente ao deputado Wilson Vieira - Dentinho, presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do OR, que, conforme Blasi, já fez esse comentário várias vezes. "Os secretários tinham 15 minutos para fazer sua explanação. Muitos nem usavam todo o seu tempo", comentou o deputado Francisco Küster (PSDB). (TK)

Gonçalves apóia bombeiros

O tucano Nilson Gonçalves relatou em Plenário, na tarde de quarta-feira (22), sua ida junto com outros parlamentares à Procuradoria Geral do Estado. Com o objetivo de levar ao conhecimento do procurador do Estado, Pedro Steil, a forma como estão sendo tratados os bombeiros voluntários de Santa Catarina, estiveram na Procuradoria, além dele,

os deputados Simone Schramm (PMDB), Dionei Walter da Silva (PT) e Wilson Vieira - Dentinho (PT).

O parlamentar informou que para que cada Associação de Corpo de Bombeiros Comunitário e Voluntário receba os recursos governamentais é necessário que o bombeiro militar emita um certificado a cada mês, comprovando a sua viabilidade. "Todos os meses é preciso bater à porta para que a certificação seja expedida", protestou Gonçalves. Em aparte, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão - (PP) colocou-se à disposição para que esta "distorção seja



Nilson Gonçalves

corrigida". (MOR) **Maternidade** - Orgulhoso pelo trabalho desenvolvido na Maternidade Darci Vargas, de Joinville, o parlamentar também falou sobre o certificado classificando-a como hospital de escola, entregue um dia antes à instituição.

O parlamentar informou que um dos critérios decisivos para a concessão do selo é a oportunidade que o hospital oferece a residentes e estagiários da área da saúde, que ali trabalham. "São cerca de 17 residentes e 143 estagiários de medicina, enfermagem, psicologia, socorristas, terapia ocupacional e administração que passam pela maternidade mensalmente, ressaltou.

A unidade conta com mais de 50 médicos especializados que trabalham na busca de qualidade por um melhor atendimento. "Por essa e outras iniciativas, a Maternidade Darci Vargas é referência nacional e internacional do SUS (Sistema Único de Saúde) e da OMS (Organização Mundial de Saúde)", informou. (MOR/TM)

Ponticelli cobra apreciação de pedidos do MP

O líder do PP na Assembleia Legislativa, deputado Joares Ponticelli, exigiu, durante a sessão plenária da tarde do dia 21, uma resposta imediata a respeito das solicitações feitas pelo Ministério Público Federal referentes à autorização para processar o governador Luiz Henrique da Silveira, que pode ser denunciado por crime de prevaricação e crime de patrocínio de interesse privado perante a ad-

ministração fazendária, relativamente à edição do Decreto Estadual nº 1.894/04. Os secretários da Casa Civil, Bráulio César da Rocha Barbosa, e da Fazenda, Max Roberto Bornholdt, também poderão ser processados.

Ponticelli leu um documento assinado pelo STJ, cobrando deliberação sobre os pedidos. Seu colega de bancada, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), endossou a cobrança do

líder da bancada em aparte. Ponticelli fez um apelo ao presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), para que a Assembleia se pronuncie o mais rápido possível. Garcia informou que a assessoria parlamentar já encaminhou os documentos à Presidência para que, junto com os deputados que compõem a Mesa, debatam e cheguem a uma decisão. "Se for necessário, os pedidos serão encaminhados a Plenário", informou. (TK)

Fórum de Rizicultura vai a Brasília buscar solução para a crise

O líder da bancada do PMDB, deputado Manoel Mota, informou que no próximo dia 29, os integrantes do Fórum Parlamentar da Rizicultura, por ele presidido, irão a Brasília em companhia de produtores de arroz para debater os problemas do setor com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. O Fórum tem como membros o deputado Dionei Walter da Silva (PT), que é o vice-presidente, e Antônio Ceron (PFL), Altair Guidi (sem partido), Joares Ponticelli (PP), Sérgio Godinho (PTB) e Odete de Jesus (PL). Eles decidiram que na reunião a ser marcada para a próxima semana será apresentado o cronograma das atividades.

Mota informou que os rizicultores catarinenses investiram em máquinas e tecnologia para colher arroz de qualida-

de. Entretanto, o governo federal não está cumprindo a sua parte, "pois só este ano importou 500 mil toneladas de arroz da Argentina e Uruguai". Ele explicou que desde o ano passado o preço da saca de arroz tem caído sistematicamente. De R\$ 40 caiu para R\$ 23. "Eles já estão no limite", avisou.

O deputado argumentou que se esta situação perdurar os agricultores não terão nem como pagar suas dívidas no banco. "Por isso acredito que o governo federal deveria comprar 35% da produção do arroz nacional. Assim, entre uma safra e outra ou se as plantações sofrerem problemas de estiagem, por exemplo, o país tem estoque para atender a população sem precisar importar", afirmou.

Em aparte, o deputado Rogério

Mendonça - Peninha (PMDB) também criticou a postura do governo federal em não proteger os agricultores brasileiros. "O governo argentino correu para proteger não só seus agricultores, como também os setores têxtil, calçadista e linha branca (geladeira, fogão, etc) e acho que o Brasil tem que fazer o mesmo", comentou Peninha.

Moção de autoria do presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), já foi enviada ao ministro da Agricultura. O presidente salienta que a atual crise vivida pelos rizicultores não tem precedentes. Eles acumulam prejuízos de 40% por saca de do produto comercializado. "É necessário e urgente que o governo federal disponibilize instrumentos de política agrícola que permitam a recuperação do setor", enfatiza Garcia. (TK)

Redução do recesso volta à pauta

O recesso parlamentar voltou à pauta em Plenário na quarta-feira (22), com o anúncio, pela deputada Ana Paula Lima (PT) de que rerepresentará proposta de reduzir o período de recesso parlamentar no próximo ano.

A subemenda substitutiva global, de autoria dos líderes de bancada, ao PEC 01/04, da bancada do PT, que reduzia o recesso, foi derrubada em votação no último dia 15. O período baixaria de 90 para 60 dias. Eram necessários 24 votos, mas só foram computados 19 votos a favor. "Eu e todos os catarinenses que acreditaram na possibilidade de ver esta Casa dar exemplo no corte desse privilégio parlamentar estamos decepcionados", disse a petista, autora da proposta original.

Argumentos de todos os tipos foram utilizados para justificar os votos contra ou as abstenções, lembrou a parlamentar. "A derrota desse projeto foi uma derrota do povo. Derrota para trabalhadores, empresários e instituições. De todos aqueles que manifestaram a necessidade do Parlamento se modernizar. Estou inconformada". Ela ainda informou que no dia 15, após a rejeição do projeto do recesso, apresentou proposta cujo objetivo é extinguir a remuneração dos deputados nas convocações extraordinárias feitas pelo governador. (GMP/MOR)

Afrânio comenta crise

O momento em que o país vive, com a crise no governo federal, foi discutido pelo deputado Afrânio Boppré (PT) na sessão ordinária de terça-feira (21), em Plenário. De acordo com ele, do ponto de vista da história do PT o partido não se diferencia dos demais porque nunca houve um desvio de conduta, mas porque apura as denúncias.

“Queremos dizer que do ponto de vista histórico do partido ele não se diferencia porque nunca houve um des-

vio de conduta. Isso não é verdade! O PT não é uma legião de moralistas, é um partido que visa a ética e a moralidade. Temos que desfazer a idéia de que nunca aconteceu nada. O que nos diferencia é que sempre que acontece algo, uma denúncia, resolvemos apurar com transparência, mostrar para a sociedade e tomar providências”, explicou.

Sobre a CPI dos Correios, Afrânio disse que a bancada teve posicionamentos distintos. “Houve quem

defendesse a necessidade de afastar temporariamente dois membros, o tesoureiro do partido, Delúbio Soares, e o secretário Silvio Pereira. Eu também sou simpatizante a esta ação.” O parlamentar acrescentou que a crise é uma consequência de um conjunto de erros que o governo veio desenvolvendo para alcançar os objetivos econômicos. Ele concluiu dizendo que, quantos menos bajuladores estiverem perto de Lula, será melhor, pois estas alianças vêm degenerando as mudanças. (DAB)



O petista Afrânio Boppré

Merísio propõe ampliar bolsas

Com o objetivo de ampliar o número de estudantes contemplados com bolsas de estudo e de pesquisa nas instituições de ensino superior estaduais, o deputado Gelson Merísio (PFL) apresentou projeto de lei complementar modificando a Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005, que concede o referido benefício. A proposta do deputado prevê que o valor do benefício concedido ao aluno não será inferior a 25% do valor da mensalidade por ele devida.

O parlamentar pediu apoio em discurso da tribuna para que a votação aconteça ainda neste primeiro semestre, para que as universidades possam aplicar no semestre seguinte. Merísio explicou que aumentou o número de estudantes atendidos, mas continuou igual o valor dos recursos destinados. “Por isso não atende a grande demanda de necessitados.” O parlamentar lembrou que os alunos contemplados precisam comprovar que não têm condições financeiras para arcar com o valor da mensalidade. (MOR)

Brasileiro morre nos EUA

O deputado Clésio Salvaro falou na tarde do dia 21, terça-feira, sobre a morte do catarinense Giovane Vieira da Silva, 29 anos, que estava há nove meses trabalhando nos Estados Unidos. Giovane trabalhava na construção civil, na cidade de Silver Spring, Maryland, quando uma parede de madeira caiu sobre ele. “Graças à comunidade catarinense residente nos Estados Unidos e ao governo do Estado, que arrecadaram o valor de 10 mil dólares, o corpo pode ser trazido para o Brasil”, contou.

Segundo Salvaro, Giovane e o irmão, Jean, investiram R\$ 50 mil na viagem, mas não chegaram a pagá-la. Por causa disso, o irmão e a mãe, que mora em Nova Jersey, não poderão vir ao enterro. Terão que trabalhar para pagar a dívida. “Quero aqui agradecer ao povo catarinense e ao governo estadual, mas quero também questionar por que o governo municipal não fez nada para ajudar. Eles esquecem que mais da metade das obras da construção civil da região são realizadas com dinheiro que vem do trabalho nos Estados Unidos.”

O corpo do professor Giovane chegou na noite do dia 17 em Içara, no sul do Estado, e foi sepultado no outro dia.

Uma parede de madeira de oito metros de altura e 100 quilos era içada na hora do acidente. No momento do acidente cinco operários estavam trabalhando. Ao notarem que a parede estremecia foram avisados para se afastar, mas o catarinense não teve nenhuma reação. Giovane era professor de Geografia em Içara. (GMP)



Clésio Salvaro

Nadal quer alterar lei

O deputado Herneus de Nadal (PMDB), vice-presidente da Alesc, anunciou que vai propor alteração na Lei Complementar Estadual nº 281, de 20 de janeiro de 2005, que proibiu a distribuição, a alunos do ensino superior, de bolsas de estudo cujo valor seja inferior a 50% da mensalidade. “Quando aprovamos uma lei, não quer dizer que ela seja imutável”, lembrou.

Na audiência pública do OR (Orçamento Regionalizado) realizada em Chapecó há duas semanas, o deputado recebeu um abaixo-assinado do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da UnoChapecó (Universidade Comunitária Regional de Chapecó), solicitando

uma mudança na lei que permita aos alunos receberem bolsas em valor inferior a 50% da mensalidade. Os alunos que recebiam bolsas no valor de 30% ou 40% das mensalidades, por exemplo, perderam o benefício com a aprovação da Lei Complementar nº 281, o que causou a evasão das instituições.

A Lei Complementar nº 281 regulamenta o Artigo 170 da Constituição Estadual, que diz que “o Estado prestará anualmente, na forma da lei complementar, assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior legalmente habilitadas a funcionar no Estado de Santa Catarina”. (MAP)

Simone lamenta desigualdade

A colocação do Brasil como o segundo país em desigualdade no mundo preocupa a deputada Simone Schramm (PMDB). Segundo ela, apesar dos avanços nos últimos anos em áreas como educação e combate à pobreza, o Brasil continua a ter uma das piores distribuições de renda do mundo, perdendo apenas para Serra Leoa, de acordo com estudo divulgado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Em 2003, cerca de um terço da população, ou 53,9 milhões de pessoas, foi considerado pobre, em critério que inclui todos os que viviam com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, R\$ 120 na ocasião. Esse percentual, referente ao primeiro ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), é um pouco superior ao registrado em 2002 (32,9%) e 2001 (33,6%). Em contrapartida, Santa Catarina tem a menor proporção de pobres do país, 12,1% da população entre todas as unidades da federação, enquanto Alagoas lidera o ranking, com 62,3% sendo considerados pobres



Deputada Simone Schramm

e vivendo com renda domiciliar de até meio salário mínimo.

Os catarinenses possuem renda domiciliar média de R\$ 465,40, ficando abaixo apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. “A descentralização e as ações do governo ajudam Santa Catarina a alcançar estes números”. Simone fez menção ao Artigo 170, que dispõe sobre as bolsas para universitários, que garante o direito a 50% da mensalidade a estudantes carentes. (DAB)

Greve gera prejuízos, diz Küster

O deputado Francisco Küster (PSDB) disse durante a sessão plenária do dia 21 que a greve dos servidores da Previdência está gerando desgaste e prejuízo. “De um lado estão os servidores, perplexos com o 0,1% de reajuste que lhes foi oferecido. De outro lado, estão as pessoas doentes precisando ser atendidas, querendo se aposentar.”

Para Küster, é preciso abrir um canal de negociação para que a greve encaminhe-se para o fim. “Não entendo a insensibilidade do governo federal. Quem está hoje no poder tem uma relação muito grande com as entidades sindicais, por isso não deve ser difícil manter um diálogo”, declarou.

Dionei Walter da Silva (PT) rebateu as críticas de Küster ao governo federal. “Quem tem memória vai lembrar que seu partido – disse referindo-se ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – governou o país e deixou uma previdência totalmente desmantelada e os servidores com oito anos sem uma proposta salarial, sequer de reposição”, lembrou Dionei, garantindo que “a negociação está sendo feita em Brasília”, através da mesa permanente de negociações instituída pelo governo Lula.

Küster rebateu, dizendo que o partido do deputado Dionei “tem que fazer e não ficar botando a culpa no passado”. (MAP)

Vieirão reclama de atraso

O deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão – (PP) manifestou indignação, na sessão plenária do dia 21, com o atraso no ingresso, na Assembleia Legislativa, do projeto de lei procedente do Executivo que dispõe sobre a verticalização da Celesc, criação de uma empresa de geração, outra de distribuição e uma holding para comandar as duas.

O parlamentar assinou, durante sessão, que espera o projeto desde novembro do ano passado, pois foi nessa época que o presidente da estatal, Carlos Schneider, esteve no Legislativo e anunciou que estaria em seguida apresentando a proposta.

Vieirão contesta a forma com que o Executivo está agin-



Antônio Carlos Vieira

do contra o Parlamento, pois a matéria tem que ser votada até setembro deste ano. “Agora temos que apreciar num prazo ínfimo um assunto tão importante”, argumentou o deputado. Ele ainda observou que na imprensa as matérias já está tramitando na Alesc,

“mas até agora a matéria não deu entrada”.

Em aparte, o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), informou que o projeto chegaria na mesma tarde e seria lido na sessão ordinária do dia 22.

Para Vieirão, é inadmissível um assunto que foi discutido em novembro de 2004, em audiência pública na Casa, com a presença do presidente da Celesc e técnicos, ter agora de vir em regime de urgência, cujo prazo é de 40 dias para apreciação. O deputado solicitou condições, por parte do Executivo, para que os deputados possam analisar o projeto que tem grande importância para o Estado. (MOR)

Titon contesta notícia

As notícias veiculadas pela imprensa na região de Joinville, de que a lei que regulamenta a concessão de subvenções sociais aos bombeiros voluntários estaria prejudicando o repasse, deixaram o deputado Romildo Titon (PMDB) indignado. “Há algumas pessoas mal-intencionadas, querendo desvirtuar o que foi aprovado nesta Casa”, desabafou o parlamentar.

Ele esclareceu que a lei, resultado do projeto de sua autoria, visa regulamentar a concessão de subvenções sociais às associações de bombeiros comunitários e voluntários pertencentes à Fecabom

(Federação Catarinense de Bombeiros). Informou ainda que a intenção é socializar os recursos da subvenção, pois nos governos anteriores não havia critérios para a sua distribuição.

O parlamentar garante que “não existe nada na lei que impossibilite o recebimento da verba”. Porém, observou Titon, primeiro cada entidade receberá o mínimo equivalente ao número de habitantes do município, para depois receber o restante garantido pela lei.

Audiência - Por sua vez, a deputada Simone Schramm (PMDB) anunciou

que através de requerimento aprovado sugere a realização de audiência pública, em agosto, para esclarecimentos a respeito da “Crise no Corpo de Bombeiros Voluntários”, convidando para participar o Secretário da Segurança Pública, os comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, bem como os presidentes da Associação dos Bombeiros Voluntários e do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville e Jaraguá do Sul, entre outros. A deputada disse que as denúncias foram divulgadas em matéria de jornal do Norte do Estado, e é preciso apurar a veracidade dos fatos.

Imagem de políticos preocupa Assis

Os casos de corrupção e o descrédito da população com relação aos políticos estão preocupando o deputado petista Francisco de Assis. Para o deputado, não há como tirar a razão da sociedade, diariamente bombardeada com denúncias de corrupção. “Infelizmente, é cada vez maior o número de políticos que se utilizam do cargo para conseguir benefícios pessoais”, afirmou.

Assis citou como exemplo a atual situação do município de Itapema. Há alguns meses o Ministério Público iniciou uma investigação cujo objetivo era verificar graves denúncias de pequenos em-

presários e ex-assessores da prefeitura em processos de improbidade administrativa. Mas acabaram expondo uma rede de negociações ilícitas que culminaram com ações por abuso econômico nas eleições. Segundo Assis, entre os documentos descobertos havia um intitulado Instrumento Particular de Confissão de Dívida, assinado pelo prefeito Clóvis José da Rocha (PFL) em favor de seis empresários, durante as eleições de 2004.

Conforme o parlamentar, no documento o prefeito reeleito é réu confesso de uma



Francisco de Assis

dívida de R\$ 1 milhão e 750 mil, contraída com fins declaradamente eleitorais, a ser paga em parcelas até o último dia do novo mandato (o prefeito concorreu à reeleição). (TX)

DOS GABINETES

Deputado implanta viveiro de ervas medicinais

O deputado Sérgio Godinho (PTB) vai implantar em Lages um herbário para produção de mudas de ervas medicinais, entre elas as de cavalinha, camomila, cidreira e espinheira-santa, remédios naturais comprovadamente eficazes na curas de várias doenças.

A distribuição das mudas será feita gratuitamente para estudantes das escolas de Lages e pessoas interessadas. “Vamos imprimir um catálogo indicativo das plantas e suas propriedades curativas, auxiliando especialmente as pessoas de baixa ren-

da a utilizarem-se destes medicamentos fitoterápicos”, garante o deputado, que é presidente da Comissão de Meio Ambiente e Turismo. “O objetivo deste projeto é conscientizar as pessoas para a possibilidade de se cultivar ervas medicinais em suas próprias residências, como alternativa de tratamento e cura de determinadas doenças sem custo aos pacientes”. O viveiro de mudas será implantado na área industrial de Lages, no mesmo terreno da fábrica de Massas Vó Vivi e Pastificio Godinho. (IRM)

Odete solicita correção de distorções

Na quinta-feira (2), a deputada Odete de Jesus (PL) ocupou a tribuna para pedir a correção de informações veiculadas por alguns jornais e rádios, a respeito da proposta de mudança na lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nas escolas. Ela explicou que essa venda ocorreria em apenas um evento anual.

Odete disse que não tem responsabilidade sobre a distorção de suas declarações, que acabaram sendo interpretadas como ofensivas aos deputados Rogério Mendonça Peninha (PMDB), Simone Schramm (PMDB), Ana Paula Lima (PT), Paulo Eccel (PT), Celestino Secco (PP) e Antônio Ceron (PFL).



Deputada Odete de Jesus

A deputada lembrou que todos os deputados são pessoas honradas e que não ofenderia a nenhum deles. “Tenho apreço por todos”, garantiu Odete, renovando as escusas pelas conseqüências do mal-entendido. “Mantenho meu voto contra o projeto”, declarou. (IP)

Peninha homenageia empresário de Taió

No dia 27 de junho, às 19 horas, no Plenário Osni Régis, realiza-se a sessão solene de outorga da Medalha de Mérito Carl Hoepcke a empresários catarinenses. O convidado especial do deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB) para esta data festiva será o empresário taióense Horts Gerhard Purnhagen.

Horts, que já foi prefeito de



Rogério Mendonça - Peninha

Taió, é reconhecido no meio empresarial e político por sua seriedade, honestidade e capacidade empreendedora. O homenageado administra o grupo Induma, de que fa-

zem parte a indústria Hergen S/A, situada em Rio do Sul, e a Águas Negras S/A, localizada em Ituporanga.

Duas lentes dão foco à realidade brasileira

Magda Audrey Pamplona

Mostrar a essência do povo brasileiro, como os aspectos étnicos e culturais, usando a pobreza como cenário. Esse é o objetivo do livro de fotografias *Feijão com Arroz, o Retrato de nossas Consciências*, dos universitários Walter José de Borba Netto e Guilherme Meneghelli, ambos de 21 anos. "A pobreza é um pano de fundo para as fotos. Queremos mostrar as formas que os brasileiros desenvolvem para sair dessa condição; mostrar como o Brasil é rico, mesmo dentro dessa condição", disse Walter Netto.

O livro, lançado em novembro do ano passado, reúne 32 fotografias feitas entre os anos de 2001 e 2004 durante viagem dos estudantes a alguns estados do Brasil. "O livro tem fotos nas regiões Sul e Centro-oeste", explicou Guilherme Meneghelli. "As fotos das áreas rurais retratam muitos assentamentos", disse. Já as fotos que retratam a área urbana foram feitas, na maioria, na cidade de Balneário Camboriú, onde os dois residem. Segundo Guilherme, a fotografia é um meio de que se utilizam para retratar a realidade. "As fotos expressam o que a gente pensa da sociedade", afirmou.

A idéia de fazer o livro surgiu em julho de 2004. São 16 fotos de cada um dos estudantes, todas em preto e branco. "Também não foi feito qualquer tipo de tratamento ou manipulação nas fotos", ressaltou Walter Netto. O nome do livro, *Feijão com Arroz*, pode se referir a vários aspectos da obra, segundo os autores. "O feijão com arroz é uma referência às fotos, que são em preto e branco, e são



Walter José de Borba Netto e Guilherme Meneghelli

também ingredientes que fazem parte da dieta básica do brasileiro, sem distinção de classes", explica Guilherme Meneghelli. A capa do livro também faz referência a um prato de comida.

Além das fotos, o livro traz ainda um texto, escrito pelos estudantes, que descreve o que eles viram e sentiram durante a realização do trabalho. "É um texto dissertativo, mas com um tom poético", detalha Walter Netto. A diagramação é do próprio Guilherme. Com uma tiragem de mil exemplares, a obra foi uma produção independente e pode ser encontrada em livrarias de Florianópolis, Joinville, Blumenau e Balneário Camboriú ao preço de R\$ 20. Os dois pretendem lançar uma segunda edição, desta vez através de uma editora. A idéia é aumentar o número de fotos e contar com a participação de trabalhos de outros fotógrafos.

Outros projetos – Procurando ajudar a difundir qualquer tipo de arte, os dois também participaram da fundação do *Explícito, o Repente Criativo*, grupo de artistas independentes de Balneário Camboriú. Reunindo desde poeta, músico e grafiteiro, o grupo, idealizado por Guto de Lima, tem o objetivo de ajudar a desenvolver e a divulgar o trabalho destes e outros artistas. Os dois também têm planos de criar uma cooperativa de fotógrafos que preze pelo desenvolvimento dos trabalhos autorais. "O objetivo seria o de reunir fotógrafos e oferecer subsídios materiais, entre outros, para que eles desenvolvessem trabalhos diferentes daqueles que eles são pautados a fazer diariamente", explicou Walter Netto.

Quem quiser obter mais informações sobre o trabalho dos estudantes pode acessar o site www.feijaocomarroz.com.br. Através do site, também é possível adquirir o livro.

(foto Walter José de Borba Netto)



"De preto e branco temperado, *Feijão com Arroz* é a imagem de um Brasil maltratado, de uma história de vida escrava e cultura deturpada, mas também é um livro da história de um Brasil-sonho, Brasil-esperança de sorrisos do amanhã. É um diálogo entre imagens que contam uma história real em um país de poucos vencedores. Para quem tem fome do amanhã, o livro é um prato feito de hoje, numa mistura bem brasileira, luzes como temperos para o prato do futuro, futuro não distante que começamos a preparar agora com os ingredientes que temos nas mãos. Deixamos aqui o testemunho de nossas consciências, materializadas em cada foto condensada de realidade."

Texto da contracapa do livro
Feijão com Arroz - O retrato de nossas consciências
Guilherme Meneghelli e Walter José de Borba Netto

(foto Guilherme Meneghelli)



(foto Solon Soares)

Catarinense conquista vice-campeonato mundial de Tae Kwon Do

O atleta Filipe Jung Jorge, de apenas 10 anos, retornou a Florianópolis com o título de vice-campeão mundial de Tae Kwon Do. A conquista internacional veio com a pontuação alcançada pelo 2º e 3º lugares nas categorias fórmula (exibição de golpes corporais) e sparring (luta contra oponente), respectivamente, além da colocação no Top Ten, os dez melhores do mundo. A competição foi realizada na cidade de Little Rock, em Arkansas, Estados Unidos.

Em sua chegada na tarde de se-

gunda-feira (20), no aeroporto internacional Hercílio Luz, Filipe foi recebido por familiares e amigos, que comemoraram muito a conquista dos três troféus. Segundo ele, mais difíceis de carregar do que vencer as lutas. "O que me motivou esta conquista foi pensar que meus pais estariam aqui esperando, felizes", diz.

Filipe é graduado em faixa preta 2º dan. Ele começou no esporte com a idade de 3 anos, em 1997, participando de aulas no colégio Alfa Objetivo, em Florianópolis. A faixa preta

foi recebida em 12 de julho de 2002. Realizou cursos de aperfeiçoamento e mantém o nível com cinco horas diárias de treinamento e nas aulas que dá na Academia Martial Center.

Na vitoriosa carreira deste jovem atleta constam os títulos de bicampeão brasileiro (2002/03) e campeão panamericano (2004), além de conquistar sempre uma das três primeiras colocações nos campeonatos catarinense e sul-brasileiro. Seu próximo desafio é defender o título do Panamericano, em agosto, em Foz do Iguaçu, no Paraná. (SD)



Filipe em meio aos amigos, no aeroporto